

NOTÍCIAS

308 | Setembro 2024 | Jornal mensal

A partir de 01/01/2019 esta publicação destina-se a envio exclusivo por correio eletrónico



INCÊNDIOS SÃO UM PROBLEMA DE TODOS

Cinco vítimas mortais, mais de 60 casas e 120 mil hectares de área ardida em meia dúzia de dias

Com o Verão a terminar, uma semana de grandes incêndios no Norte e Centro do país fizeram de 2024 o terceiro pior ano da década em área ardida. A CAP rejeita soluções simplistas ou meramente proibicionista; é tempo de procurar soluções estáveis e duradouras. O tempo atual exige estadistas, capazes de ver e decidir para além da espuma dos dias.

A Proteção Civil alertou para o perigo de incêndios, mas ninguém imaginou o inferno que se iria abater sobre o Norte e Centro do país, fazendo lembrar os horrores de 2017. Localidades como Sever do Vouga, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, Mangualde, Gondomar, Castro Daire, Arouca, Águeda, Nelas, Cinfaes, Carregal do Sal, Penalva do Castelo, Baião, São Pedro do Sul foram notícia, durante dias, pelas piores razões.

O Governo convocou o Presidente da República e reuniu em Conselho de Ministros extraordinário, de onde saiu a declaração de Situação de Calamidade e a criação de um grupo de trabalho interministerial coordenado pelo ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, com a tarefa de identificar e coordenar a execução das medidas excecionais e os apoios às

populações, empresas, associações e municípios afetados.

O Governo de Portugal pediu ajuda à União Europeia, e o ministro da Agricultura José Manuel Fernandes defendeu em Bruxelas, na reunião do AGRIFISH, a necessidade da UE ser mais rápida e flexível no apoio urgente às vítimas de desastres naturais.

Em comunicado, a CAP manifestou a sua solidariedade às vítimas e um profundo agradecimento a todos aqueles que ajudaram no combate: Proteção Civil, Forças de Segurança, Bombeiros, Portugueses Anónimos.

Uma vez mais, o fogo levou a melhor num problema que é de todos, onde a prevenção com base na gestão e conservação, é um investimento que salva vidas.

NOTA: O Conselho de Ministros de 26 de setembro aprovou um conjunto de medidas para atender, de forma célere, às necessidades de famílias, empresas, agricultores e autarquias afectados pelos incêndios que devastaram parte significativa das regiões Norte e Centro do país.

Conheça essas Medidas na Página 3.

IV Congresso Ibérico Agropecuário e Florestal



Realizou-se em Cáceres, nos dias 18 e 19 de setembro, mais uma edição do Congresso Ibérico, uma iniciativa nascida em 2021 pelas mãos das duas principais organizações agrícolas de Portugal e Espanha, CAP e ASAJA. Sob a organização da Confederação dos Agricultores de Portugal e da ASAJA, e com o apoio de diversos patrocinadores

que ajudam a concretizar estes eventos, decorre anualmente, e com geografia alternada, o Congresso Ibérico Agropecuário e Florestal (CIAF) que convoca todos os atores públicos e privados para a discussão das principais questões que afetam o setor agrícola em ambos os países ibéricos.

(Continua na página 3)

**COMISSÃO EUROPEIA
2024-2029**
**Maria Luís
Albuquerque fica com
Serviços Financeiros**



A presidente da Comissão Europeia apresentou a sua equipa de comissários para o mandato 2024-2029. A comissária portuguesa, antiga ministra das Finanças Maria Luis Albuquerque, foi nomeada para a pasta dos Serviços Financeiros e União da Poupança e dos Investimentos. Ursula von der Leyen destacou o seu currículo e a

experiência no sector privado e no público, sobretudo a disciplina fiscal rigorosa com que enfrentou a crise da dívida soberana em Portugal. A pasta da Agricultura e Alimentação ficou a cargo do luxemburguês Christophe Hansen, enquanto o húngaro Olivér Várhelyi assume a Saúde e o Bem-Estar dos Animais.

Índice

- Confederações agrícolas e NREAP
- Composição da Comissão 2024-2029
- Nomeadas as presidências da APA e DGEG
- Medidas para os prejuízos dos incêndios
- Governo agrava Taxa de Carbono
- Diálogo Estratégico sobre Agricultura Europeia
- Atualização da Taxa SIRCA
- Eleições para presidência do COPA
- Michel Barnier é PM de França
- Relatório Draghi sobre Competitividade na Europa
- Portugal Sou Eu | Minhofumeiro com desconto online

dito & escrito

“Nós não podemos andar sempre a dizer o mesmo depois das tragédias; nós temos que fazer. Já estávamos a trabalhar nele [Pacto nacional para a floresta]. O prazo dos 90 dias é duro, mas só há uma opção: vamos cumprí-lo.”

José Manuel Fernandes
Ministro da Agricultura
Rádio Renascença, 27/09/2024

“Há um problema de falta de gestão do território e não depende do tipo de floresta que temos.”

Paulo Fernandes
Professor e investigador da UTAD
Expresso, 20/09/2024

“Temos uma quantidade de combustíveis finos e secos presentes numa grande continuidade de território, e a política do Estado tem sido punir e impor regras cegas de gestão, centradas no erro de percepção dos programas de gestão da paisagem, quando temos que resolver o problema do ponto de vista da economia.”

Henrique Pereira dos Santos
Arquiteto Paisagista
RTP3, 18/09/2024

“Temos vivido na ilusão de que o risco de incêndio está afastado ou fortemente diminuído. Os acontecimentos desta segunda-feira destroem de um fôlego esta ilusão.”

Miguel Miranda
Ex-presidente do IPMA
Observador, 16/09/2024

COMISSÃO EUROPEIA 2024-2029

Composição do Colégio de Comissários



Com algumas alterações face à estrutura do 1º mandato, Ursula von der Leyen apresentou os 27 comissários e as áreas políticas atribuídas para os próximos cinco anos. As seis Vice-Presidências Executivas estão a cargo de Espanha, Estónia, Finlândia, França, Itália e Roménia.

ALEMANHA - Ursula von der Leyen - Presidente da Comissão Europeia

ÁUSTRIA - Magnus Brunner - Comissário para os Assuntos Internos e a Migração

BÉLGICA - Hadja Lahbib - Comissária para a Preparação e Gestão de Crises

BULGÁRIA - Ekaterina Zaharieva - Comissária para as Startups, a Investigação e a Inovação

CHÉQUIA - Jozef Sikela - Comissário para as Parcerias Internacionais

CHIPRE - Costas Kadis - Comissário para as Pescas e os Oceanos

CROÁCIA - Dubravka Šuica - Comissária para o Mediterrâneo

DINAMARCA - Dan Jørgensen - Comissário para a Energia e a Habitação

ESLOVÁQUIA - Maroš Šefčovič - Comissário para o Comércio e a Segurança Económica, Relações Interinstitucionais e Transparéncia

ESLOVÉNIA - Marta Kos - Comissária para o Alargamento, Vizinhaça Oriental e Reconstrução da Ucrânia

ESPAÑA - Teresa Ribera - Vice-Presidente Executiva para uma Transição Limpa, Justa e Competitiva, Comissária para a Concorrência

ESTÓNIA - Kaja Kallas - Vice-Presidente Executiva para a Política Externa e de Segurança e Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Defesa

FINLÂNDIA - Henna Virkkunen - Vice-Presidente Executiva para a Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, Comissária para as Tecnologias Digitais e de Fronteira

CONFEDERAÇÕES AGRÍCOLAS

Contributo para Grupo de Trabalho NREAP

Mais de dez anos passados sobre a aplicação do Novo Regime de Exercício da Atividade Pecuária e da criação do Grupo de Trabalho NREAP, que integra as principais entidades da administração pública e do sector pecuário, continuam a existir obstáculos que impedem uma solução definitiva e a regularização das atividades já existentes, sob pena de se continuar a eternizar este problema.

Neste sentido, CAP, CONFAGRI e CNA consideram essencial o seguinte:

- ▶ **Promover** um Regime de Regularização contínuo para as explorações existentes que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, agravando os montantes das coimas previstas para os operadores existentes que não apresentem pedido de regularização, num prazo a definir, evitando, deste modo, que se continuem a perpetuar situações de irregularidade;

- ▶ **Isentar** de licença no âmbito do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação), as explorações existentes e em funcionamento em data imediatamente anterior à entrada em vigor do DL 81/2013 (até 15 de Junho de 2013), que apresentem conflitos e constrangimentos conhecidos e inultrapassáveis com os instrumentos de gestão territorial, serviços e restrições de utilidade públicas, mantendo-se esta isenção nos casos em que sejam realizadas melhorias no âmbito do bem-estar animal ou da proteção ambiental;

- ▶ **Permitir** a emissão de título de exploração, no caso de novos operadores, após parecer favorável das Entidades consultadas, dispensando a apresentação de título de utilização das edificações e TURH (Título de Utilização de Recursos Hídricos) para a conclusão do processo de licenciamento no âmbito do NREAP e emissão do respetivo título, tornando, deste modo, este sistema mais célere;

- ▶ **Promover** uma definição de capacidade instalada/autorizada da exploração, correspondente à capacidade expressa no respetivo título ou licença, que permita, de modo inequívoco, enquadrar as explorações nos regimes ambientais;

- ▶ **Fomentar** o cumprimento dos prazos previstos para emissão de parecer das Entidades consultadas, por forma a que não se verifiquem atrasos que possam comprometer investimentos (PDR 2020) ou outros contratos e, quando justificável, aplicar o previsto no Artigo 28º referente ao deferimento tácito;

- ▶ **Reavaliar** os elementos instrutórios necessários para a instrução de processos no âmbito do NREAP, tendo em consideração a onerosidade de alguns destes elementos;

- ▶ **Simplificar** e clarificar o regime de alterações (Secção IV do Capítulo II do DL 81/2013), nomeadamente com a inclusão das propostas apresentadas;

- ▶ **Aumentar** o número de CN (Cabeças normais) permitidas para a Classe 3.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Pimenta Machado e Paulo Carmona na APA e na DGEG



A ministra do Ambiente e da Energia, Maria da Graça Carvalho, nomeou em regime de substituição, os novos dirigentes da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), Pimenta Machado e Paulo Carmona, respectivamente.

No caso da APA, um órgão “crucial para a implementação das políticas ambientais em Portugal inclusive a execução dos investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Fundo Ambiental”, a escolha recaiu no vice-presidente José Carlos Pimenta Machado, que sucede a Nuno Lacasta.

Quanto à DGEG, a ministra nomeou Paulo Carmona, que foi presidente da antiga Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC), desaparecida para dar lugar à ENSE (Entidade Nacional para o Sector Energético). A sua nomeação para a DGEG “é vista como um passo importante para reforçar a dinâmica que o Governo pretende incutir no sector da energia, especialmente num momento em que se enfrentam desafios cruciais, como a promoção das energias renováveis e a transição energética”, refere o comunicado do Ministério do Ambiente e Energia.

IV Congresso Ibérico Agropecuário e Florestal

(Continuação da página 1)

Este ano, o IV Congresso Ibérico realizou-se “em casa” da ASAJA Cáceres, organização presidida por Ángel García Blanco, que recebeu os participantes portugueses e espanhóis no Complexo Cultural San Francisco em Cáceres.

Em busca de estratégias conjuntas que melhor defendam a agropecuária e a floresta ibérica na Europa, temas como a gestão e armazenamento de água, a preservação do montado (a *dehesa* espanhola), a importância da pecuária extensiva na mitigação das alterações climáticas, as relações entre produção-distribuição e a constituição de preços justos, a redução da gama de fitofármacos autorizados, e desinvestimento europeu na investigação de novos produtos, foram apenas alguns dos tópicos abordados no IV CIAF.

A partilha de uma história de séculos e de uma cultura mediterrânea são uma marca da identidade dos dois países.



O Congresso Ibérico é a oportunidade para a identificação de pontos comuns entre Portugal e Espanha, que permitam construir pontes e concertar posições Ibéricas (e idealmente do Sul) para fazer face às políticas da União Europeia, quantas vezes determinadas pela forte influência dos grupos de países do Norte ou do Leste europeus.

Com palavras de esperança e de resistência, a ASAJA passou o testemunho à CAP para a organização do V Congresso Ibérico que terá lugar em Portugal em 2025.



COMISSÃO EUROPEIA Diálogo Estratégico sobre a Agricultura Europeia



O relatório «Diálogo Estratégico sobre a Agricultura Europeia», solicitado pela presidente da Comissão com o propósito de “reintroduzir um verdadeiro diálogo no processo de tomada de decisões” e de “corrigir o rumo errado que foi seguido

nos últimos anos nas políticas agrícolas ao nível europeu, reconhece:

- a agricultura e a alimentação como sectores estratégicos;
- o imperativo de garantir a segurança alimentar;
- o compromisso com a sustentabilidade competitiva.

Conclui que desafios como a concorrência desleal, rendimentos limitados, aumento dos custos energéticos, renovação geracional e alterações climáticas vão intensificar-se, caso não sejam enfrentados com uma abordagem atempada, coerente, pragmática e orientada para o impacto na elaboração de políticas. Defende uma política comercial coerente, instando a Comissão a elevar a importância dos produtos agrícolas e alimentares nas negociações comerciais, especialmente à luz das discussões em curso sobre o acordo UE-Mercosul.

O documento coloca especial ênfase no financiamento das transições necessárias – quer através de um “orçamento

dedicado e proporcional à PAC”, de um “fundo temporário para uma transição justa” ou do reforço das parcerias público-privadas para mobilizar capital – a serem consideradas na próxima proposta de orçamento.

Apresentado o relatório à presidente da Comissão, a CAP admite “o início de um processo mais construtivo que poderá conduzir a uma visão mais coerente, equilibrada e estratégica da agricultura”, envolvendo no diálogo o Parlamento Europeu e o Conselho, e principalmente as Organizações de Agricultores, para que o sector seja ouvido e participe nas tomadas de decisões. Neste momento, com novo Parlamento e nova Comissão, o Diálogo Estratégico representa uma oportunidade para evitar episódios como aqueles que ocorreram no passado de total desrespeito pelo sector agrícola, com políticas completamente desajustadas da realidade e sem qualquer tipo de reajustamento pelo executivo comunitário.

FISCALIDADE Governo agrava Taxa de Carbono

No dia 13 de setembro foi publicada a Portaria 210-A/2024-1 (a terceira em menos de um mês) que agrava a taxa de carbono dos combustíveis, impedindo que os portugueses beneficiem da queda das cotações do petróleo e dos produtos refinados como a gasolina e o gasóleo.

Esta subida na taxa de carbono sobre os combustíveis é transversalmente gravosa para todos os utilizadores de veículos motorizados, mas particularmente penalizadora para os agricultores, já que o gasóleo pesa cerca de 70% no pacote energético da atividade agrícola.

A Confederação considera que este “ioio” fiscal, que aumenta as taxas de carbono de cada vez que o preço dos combustíveis desce, é errado e gerador de instabilidade económica e social, e deve merecer uma reflexão do Governo. Estima-se que nas últimas semanas, em que

GOVERNO REAGE AOS INCÊNDIOS Medidas de apoio para compensar prejuízos



O Governo aprovou no Conselho de Ministros de 26 de setembro, um conjunto de medidas para atender, de forma célere, às necessidades de famílias, empresas, agricultores e autarquias afetados pelos incêndios que devastaram entre 14 e 20 de setembro, parte significativa das regiões Norte e Centro do país. De acordo com o comunicado oficial, divulgamos o conjunto de medidas de apoio para compensação de prejuízos provocados pelos incêndios:

- Em resposta à necessidade imediata das populações afetadas, aprovou um Decreto-Lei e uma Proposta de Lei que materializam as medidas de apoio avançadas pelo Grupo de Trabalho Multidisciplinar coordenado pelo ministro Adjunto e da Coesão Territorial, de forma a garantir:
 - i) apoio imediato às famílias;
 - ii) recuperação de habitações;
 - iii) apoio à retoma das empresas;
 - iv) assistência a agricultores;
 - v) restabelecimento das florestas;
 - vi) reparação de infraestruturas e equipamentos;
 - vii) reposição de equipamentos sinistrados.

- Considerando a urgência na execução das medidas para a recuperação das regiões afetadas, estabelece-se um Regime Excepcional de contratação de empreitadas de obras públicas, de locação ou aquisição de bens e de serviços que concilia a celeridade procedural exigida pela gravidade dos danos causados, com a defesa dos interesses do Estado e a rigorosa transparência na afetação de fundos públicos.

- No seguimento da declaração de Situação de Calamidade, aprovou uma Resolução de Conselho de Ministros que define o âmbito territorial para aplicação das medidas de apoio, identificando os 69 concelhos e as 291 freguesias com área ardida;

- Na perspectiva de médio prazo e partindo de um diagnóstico do estado atual do complexo agroflorestal, aprovou uma Resolução de Conselho de Ministros que manda o ministro da Agricultura e Pescas para, no prazo de 90 dias apresentar um Plano de Intervenção para a Floresta, em articulação com o ministro Adjunto e da Coesão Territorial, a ministra da Justiça e a ministra do Ambiente e Energia. O objetivo é estabelecer uma estratégia que crie e potencie o valor da floresta, aumentando a produtividade e o rendimento dos produtores florestais e facilitando o correto ordenamento da floresta e o seu emparcelamento. Desta forma, agiremos de forma preventiva quanto aos incêndios.

houve uma redução do preço dos combustíveis, a carga fiscal tinha subido aproximadamente 8 céntimos no preço final do gasóleo, anulando qualquer descida real do preço deste produto.

PRESIDÊNCIA DO COPA

Massimiliano Giansanti eleito



O Comité das Organizações Profissionais Agrícolas elegeu o italiano Massimiliano Giansanti, da Confagricoltura, para presidir à organização europeia de agricultores nos próximos dois anos.

Neste momento crucial, nomeadamente com a constituição de uma nova Comissão Europeia, Giansanti quer "assegurar que voz da COPA seja ouvida e que as instituições europeias reconheçam a importância estratégica da agricultura para o nosso futuro comum." Os próximos meses vão ser de uma "importância vital em diversas frentes, começando pela apresentação da Visão para a Agricultura e a Alimentação, anunciada pela presidente Ursula von der Leyen", afirmou na tomada de posse.

Empresário agrícola e vice-presidente do COPA desde 2020, Massimiliano Giansanti apresentou 5 prioridades para a sua presidência, "todas em torno de um objetivo comum: aumentar os rendimentos, reforçar a competitividade e aumentar a atratividade da nossa agricultura":

- assegurar uma PAC forte com um orçamento adequado;
- promover uma cadeia de abastecimento alimentar mais justa;
- assegurar uma política comercial coerente;
- trabalhar no sentido de uma nova abordagem do Pacto Verde;
- dar grande ênfase à inovação.

Para além de Giansanti, foram eleitos os seis vice-presidentes:

Nikolaus Berlakovich (LKÖ, Áustria), Søren Søndergaard (DAFC, Dinamarca), Franck Sander (FNSEA, França), Pedro Barato (ASAJA, Espanha), Jan Doležal (AKCR, República Checa) e Francie Gorman (IFA, Irlanda).

Giansanti sucede a Christine Lambert, representante dos agricultores franceses (FNSEA), que desempenhou o cargo durante quatro anos.

MICHEL BARNIER é primeiro-ministro de França



Dois meses após as eleições legislativas, em que nenhum partido assegurou uma maioria, o presidente Emmanuel Macron nomeou Michel Barnier, o negociador do Brexit pela União Europeia, primeiro-ministro de França. A nomeação terá gerado muita polémica, mas o Presidente Macron defende que o político conservador reúne as melhores condições de estabilidade para

governar. Michel Barnier apresentou um Executivo "republicano, progressista e europeu" composto por 19 ministros e 20 secretários de Estado.

Destacamos a nomeação da ministra da Agricultura, Soberania Alimentar e Florestas, Annie Genevard e da ministra da Transição Ecológica, Energia, Clima e Prevenção de Riscos, Agnès Pannier-Runacher.



O antigo presidente do Banco Central Europeu e ex-primeiro-ministro de Itália, Mario Draghi, entregou à presidente da Comissão Europeia o Relatório sobre o Futuro da Competitividade Europeia, onde propõe uma nova política económica e industrial focada em 3 eixos de ação:

- inovação e produtividade;
 - descarbonização da economia;
 - redução da dependência externa em áreas como aquisição de matérias-primas e defesa.
- O Relatório enumera recomendações específicas para 10 setores prioritários da economia (sem relevo para a agricultura):
- energia;
 - matérias-primas críticas;
 - digital;
 - indústrias intensivas de energia;
 - tecnologias limpas;
 - setor automóvel;
 - defesa;
 - espaço;

PECUÁRIA

Atualização da Taxa SIRCA

A Taxa SIRCA, que financia o Sistema de Recolha de Cadáveres de Animais mortos nas explorações, conforme definido pelo Decreto-Lei nº 33/2017, é atualizada anualmente pelos membros do Governo com as áreas das finanças e da agricultura, na percentagem da taxa de inflação apurada pelo INE, que foi de 4,27% em 2023.

Os valores atualizados (Diário da República nº 168, 2ª Série, 30 de agosto) são agora os seguintes:

- Bovinos com 12 ou mais meses de idade — 13,00 €
- Bovinos até 12 meses de idade — 7,80 €
- Suínos — porcos de engorda e reprodutores — 1,30 €
- Suínos — leitões — 0,13 €
- Ovinos ou caprinos — adultos — 0,89 €
- Ovinos ou caprinos — crias - borregos e cabritos — 0,42 €



Minhofumeiro com desconto online

A Minhofumeiro é uma empresa tradicional de Ponte de Lima, que desde 1913 apresenta aos seus clientes enchidos fumados e cozidos, produzidos pela mesma família há quatro gerações.

Há cerca de 10 anos aderiu ao Portugal Sou Eu e em 2018 renovou a sua imagem e lançou novos produtos, seguindo as tendências alimentares e comerciais, de onde se destacam os produtos vegan e o presunto de borrego. A marca tem presença física e virtual, e actualmente está a oferecer 20% de desconto na primeira compra na sua loja online.



Serviço de
Aconselhamento
Agrícola e Florestal

Beneficie deste serviço e informe-se!
Contacte-nos!



R. Mestre Lima de Freitas, nº 1
1549-012 Lisboa
www.cap.pt
21 7100000



Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Cofinanciado por:
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020
CAP 2020

Propriedade

CAP - Confederação dos
Agricultores de Portugal
Rua Mestre Lima de Freitas, nº 1
1549-012 Lisboa

Redação e Grafismo
CAP - Confederação dos
Agricultores de Portugal
Tel.: 217 100 000
www.cap.pt/noticias-cap-app



Cofinanciado pela
União Europeia

Ficha Técnica
Notícias CAP nº308
Depósito Legal nº190489/03
Ano XI- Mensal
Setembro 2024